

# Poder Legislativo Municipal

Casa João Manoel da Silva

#### PROJETO DE LEI Nº 04 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2024

EMENTA: CRIA O CARGO COMISSIONADO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO JUNTO A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER LEGISLATIVO DE SÃO CAETANO-PE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **Mesa Diretora** da Câmara Municipal de Vereadores de São Caetano, Estado do Pernambuco, no uso de suas atribuições legais e regimentais, apresenta para apreciação e deliberação, o seguinte:

#### PROJETO DE LEI

Art. 1º Fica criado o cargo comissionado de Agente de Contratação com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

Art. 2º O cargo comissionado de agente de contratação será acrescentado e integrado a estrutura administrativa do poder legislativo municipal.

Vencimento Mensal	Título do Cargo	Nº de vagas
R\$ 1.412,00	Agente de Contratação	01

- Art. 3º O Agente de Contratação do Poder Legislativo Municipal, será nomeado em cargo de confiança pelo Presidente da câmara, e empossado mediante portaria.
- Art. 4º O agente de Contratação é pessoa designada pela autoridade competente, preferencialmente entre servidores efetivos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.
- I A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.
- II O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.



# Poder Legislativo Municipal

Casa João Manoel da Silva

III - A equipe de apoio será nomeada pelo presidente da câmara e será composta por no mínimo 2 (dois) servidores preferencialmente estáveis dos quadros permanentes da Câmara Municipal de Vereadores de São Caetano;

IV - Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 3 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

Art. 5º O Agente de Contratação deverá ser exercido por profissional que comprove conhecimento na área de licitações, através de certificados de curso lei nº 14.133/2021;

Parágrafo único – O agente de contratação deverá estar em constante capacitação.

Art. 6º As regulamentações inerentes ao cargo e ou função nos termos desta lei, serão reguladas por meio de decreto caso necessário.

Art. 7º O Agente de Contratação e Comissão de Contratação poderão contar com o assessoramento jurídico e controle interno para o desempenho das funções essenciais a execução da disposição da Lei Federal, 14.133/2021;

Art. 8º Poderá o Chefe do Poder Legislativo, por sua única e exclusiva discricionariedade realizar a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão de contratação e agente de contratação;

Art. 9º Fica o Poder Legislativo autorizado a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis para o fiel cumprimento da presente lei;

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Caetano, 07 de fevereiro de 2024.

ABRAÃO CAETANO DA SILVA

Presidente



# Poder Legislativo Municipal

Casa João Manoel da Silva

#### Justificativa ao Projeto de Lei nº 04/2024

Exmos. Srs. Vereadores.

Considerando o disciplinado no inciso XXVII, do artigo 22, da Constituição Federal que caberá à União definir as normas gerais sobre licitação e contratos administrativos, permitindo, por outro lado, aos demais entes federativos legislar sobre normas específicas de acordo com as suas particularidades.

Considerando que agentes públicos, não é exatamente matéria de licitação, mas sim, de organização administrativa do município, o qual, deve disciplinar acerca desta matéria.

São Caetano, 07 de fevereiro de 2024.

ABRAÃO CAETANO DA SILVA
Presidente